



A vitória do “escolhido de Deus”: um encontro contraditório entre democracia e antigo regime nas Eleições de 2018

ALINE VAZ

Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná.

MARCELA BARBA SANTOS

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná.
Graduada em Comunicação Institucional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP).

RESUMO

Desde a última redemocratização, o movimento religioso evangélico segue com elevado crescimento no Brasil. Suas ações, além das tradicionais práticas religiosas, expandem-se à arena política, principalmente em duas frentes: ativa presença de lideranças religiosas no Congresso Nacional e a oportunidade de influenciar os votos de seus adeptos. Com base neste cenário, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a relação entre democracia e a afirmação de que Jair Bolsonaro seria o “escolhido de Deus” para a vitória da eleição presidencial em 2018. Analisamos dois vídeos nos quais Bolsonaro, recém eleito, se apresenta em cultos evangélicos agradecendo a vitória e reafirmando uma suposta influência divina neste resultado. Ressaltamos que a frase “escolhido por Deus” remete à crença de direito divino dos reis do Antigo Regime, um contraste aos conceitos atuais de democracia. A pesquisa indica a ocorrência de um sincretismo entre democracia e direito divino, paralelo ao sincretismo religioso que ocorre na corrente cristã neopentecostal.

Palavras-chave: Democracia; Direito Divino; Eleição 2018; Neopentecostalismo.

ABSTRACT

Since the last redemocratization, the evangelical religious movement has grown significantly in Brazil. Their actions, in addition to traditional religious practices, expand to the political field, mainly on two fronts: the active presence of religious leaders in the National Congress and the opportunity to influence the votes of their followers. Based on this scenario, this essay aims to reflect on the relationship between democracy and the claim that Jair Bolsonaro would be the “God’s chosen” for the victory of the presidential election in 2018. We analyzed two videos in which Bolsonaro, newly elected, presents himself in evangelical services thanking the victory and reaffirming a supposed divine influence in this result. We emphasize that the phrase “God’s chosen” refers to the belief in divine right of the kings of the Old Regime, a contrast to current concepts of democracy. The research indicates the occurrence of a syncretism between democracy and divine right, parallel to the religious syncretism that occurs in the neo-Pentecostal Christian current.

Keywords: Democracy; Divine Right; Election 2018; Neo-Pentecostalism;

1. Introdução

A religião configura posição de destaque na história do Brasil desde o período da colonização portuguesa (HOORNAERT, 1984). Uma relevância que segue manifesta até o presente, visto que segundo o último Censo, realizado em 2010, 86% da população se divide entre evangélicos (22,2%) e católicos (64,6%), enquanto apenas 8% se declaram sem religião (IBGE, 2012). Tais números, ressalta-se, sofrem uma alteração em 2020, dado que os católicos caem para 50% dos brasileiros, enquanto os evangélicos ampliam para 31% da população, conforme dados do Instituto Datafolha (FOLHA DE S. PAULO, 2020). Soma-se a estes dados o elevado grau de confiança que a igreja tem perante a população, conforme dados apresentados pelo IBOPE (2019) ela é considerada uma das três instituições com maior índice de confiança no país, à frente do governo e meios de comunicação.

A partir da magnitude destas informações, associa-se a importância da religião aos processos políticos e eleitorais. Nas palavras de Antônio Pierucci e Reginaldo Prandi (1995, p. 2), “os observadores da cena eleitoral brasileira sabem muito bem que neste país pode ser fatal para um candidato, perante um eleitorado de massa como o nosso, declarar que não acredita em Deus, ou simplesmente vacilar nesta matéria”, uma vez que é notável a influência religiosa na política nacional.

Note-se que esta reputação da igreja perante o Estado não é exclusiva do Brasil. Ao olharmos para o Antigo Regime¹, identificamos a Igreja Católica como grande protagonista, assim como a mesma seguiu fortalecida em diversos períodos da trama política brasileira. Este longínquo vínculo entre Estado e igreja é fato conhecido, mas apontamos um novo fenômeno nesta relação: a ascensão dos evangélicos, especialmente neopentecostais, ao espaço político nacional das últimas décadas.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a relação entre democracia, num Estado que é laico, e a afirmação de que Jair Bolsonaro seria o “escolhido de Deus” para a vitória da eleição presidencial em 2018. Para tanto, o percurso metodológico compreende a seleção de dois vídeos de Jair Bolsonaro se apresentando em cultos evangélicos, nos quais agradece a vitória e reafirma uma suposta influência divina neste resultado. O primeiro divulgado no dia 31 de outubro no canal do Pastor Silas Malafaia e o segundo no dia 04 de novembro no canal do Pastor Josué Valandro Jr. Ambos os vídeos foram divulgados dentro de uma semana após a confirmação da vitória do então candidato, bem

¹ O *Ancien Régime* foi uma forma de Estado (absolutista) e social da França que inicia no final da Idade Média e encerra entre os anos 1789-1791 (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

como somam mais de 100 mil visualizações. A partir desta seleção, parte-se para a análise destes conteúdos, tendo em consideração o discurso e a imagem em movimento (ROSE, 2008).

A fim de alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa se desenvolve por meio de um breve resgate histórico sobre o pentecostalismo cristão e a escalada protestante na política. Em seguida trazemos uma reflexão sobre direito divino e democracia, seguindo para uma discussão sobre o uso de argumentos divinos, similares aos do Antigo Regime, para a legitimação da candidatura e vitória de Jair Bolsonaro à presidência da República, dentro de um processo democrático e laico. Assinala-se que não é pretensão deste artigo comparar o sistema político atual, democrático, ao absolutista. Todavia, é possível refletir sobre as alegações divinas propagadas por religiosos e pelo próprio candidato para sustentar sua vitória, premissas equivalentes às aplicadas pelo teólogo Jacques-Bénigne Bossuet para defender os direitos absolutistas dos reis. Como resultado desta reflexão, indica-se um possível sincretismo presente na democracia brasileira, paralelo ao sincretismo religioso exibido na vertente evangélica neopentecostal. Observa-se uma adaptação, ao invés de um rompimento, entre o Estado e grupos religiosos aos novos tempos, ambos se retroalimentam visando interesses próprios.

2. Ascensão neopentecostal na política

Ao examinarmos a já mencionada notoriedade da Igreja Católica em momentos emblemáticos da história nacional, a exemplo de suas atuações no “Império, República, no apoio e depois oposição à ditadura militar” (ALENCAR, 2020, p. 171) e influência em cartas constitucionais (SILVA, 2017), reitera-se a importância da figura religiosa no processo político brasileiro. Atenta-se que o protagonismo católico, vivenciado por séculos, apresenta-se com menor impacto desde a década de 1980, com a escalada neopentecostal na política nacional.

Este segmento religioso é parte do pentecostalismo cristão, movimento evangélico que desponta no início do século XX e divide-se em três grupos. A partir da classificação de Ricardo Mariano (2008), identificamos o primeiro como clássico, o qual tem como particularidade a ênfase no dom de línguas (glossolalia), anticatolicismo, intenso sectarismo e ascetismo. Entre as igrejas que compõem este segmento, destacam-se *Congregação Cristã* (1910) e *Assembleia de Deus* (1911). O segundo grupo, deuteropentecostal, inicia nos anos 1950. Entre suas características há o início do

evangelismo de cura divina, assim como intenso uso de rádio e pregações itinerantes. A *Igreja do Evangelho Quadrangular* (1951), *Brasil para Cristo* (1955) e *Deus é Amor* (1962) fazem parte das denominações religiosas deste segmento. Enquanto o terceiro grupo, conhecido como neopentecostal, surge em meados dos anos 1970 e se destaca por pregar a *Teologia da Prosperidade* e acentuar a “guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra” (MARIANO, 2008, p. 124). Este grupo se configura como a vertente menos sectária e ascética entre os pentecostais, assim como o que mais cresce e ocupa melhor espaço midiático. As igrejas *Universal do Reino de Deus* (1977) e *Internacional da Graça de Deus* (1980) são destaque nesse conjunto religioso.

A constituição de 1988 marca o momento em que o neopentecostalismo “passa a conquistar igualmente crescente visibilidade pública, espaço na tevê e poder político partidário” (MARIANO, 2008, p. 69). Antes disso, os pentecostais mantinham-se afastados da política, Mariano (2011) relata que o lema pregado por eles, até meados dos anos 1980, era “crente não se mete em política”. Depois foi substituído por “irmão vota em irmão”, uma resposta aos rivais eclesiásticos que difundiam “católico vota em católico”.

O motivo para esta mudança seria o receio de que a Igreja Católica pudesse ampliar seus poderes junto ao Estado por meio da nova Constituição. Além disso, justificaram seu inesperado ativismo político “com a alegação de que urgia defender seus interesses institucionais e seus valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, ‘macumbeiros’ e feministas na elaboração da carta magna” (MARIANO, 2011, p. 250). A partir desse argumento, as questões morais, como descriminalização do aborto e direitos LGBTQIA+², figuram entre as pautas combatidas por eles, em nome da moral cristã e da família.

A presença deste grupo religioso se apresenta de duas formas importantes na política brasileira: a possibilidade de influenciar a escolha de votos dos fiéis, ao levarmos em conta os perfis de voto por adesão no Brasil (HEREDIA; PALMEIRA, 2006), e a ativa participação na Câmara dos Deputados, com a Frente Parlamentar Evangélica. Esta, também chamada de “Bancada Evangélica”, apresenta crescimento constante, numa “forma próxima de uma tendência linear crescente a partir de 1990” (RODRIGUES-

² Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e as demais possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

SILVEIRA; CERVI, 2019, p. 561), à exceção apenas de 2006 quando houve uma redução alusiva a escândalos de corrupção envolvendo deputados evangélicos. Salienta-se que o início desta bancada se relaciona ao projeto de neocristandade, o qual já visava a eleição de candidatos escolhidos divinamente.

O projeto de neocristandade se tomou público durante o processo de redemocratização do país, especialmente por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Em artigo no jornal oficial de sua denominação um líder da AD declarou que “somente os eleitos de Deus devem ocupar os postos-chave da nação”. Para atingir seus objetivos, as principais igrejas, sobretudo a AD, a IEQ e a IURD, seguiram um modelo corporativo, apontando seus candidatos oficiais. Assim foi formada a chamada bancada evangélica, com 32 titulares e dois suplentes que assumiram no período. (SIEPIERSKI, 1997, p. 53–54)

Note-se que a mídia também é fator relevante para este grupo religioso. Paralela à sua entrada política, investiram do mesmo modo em canais televisivos. Evangélicos, assim como católicos, ampliaram significativamente o número canais e programas religiosos, objetivando “ampliar a ocupação religiosa do espaço público, influenciar a esfera pública e estatal” (MARIANO, 2011, p. 252). Acrescenta-se que este povoamento midiático não se restringe ao ambiente televisivo, uma vez que os religiosos também atuam nas mídias sociais digitais, a exemplo do Pastor Silas Malafaia e Pastor Josué Valandro Jr., ambos com canais oficiais no YouTube e aproveitados nesta análise.

Neste contexto midiático religioso, Martino (2017, Kindle, loc 857) afirma que “potencializada pelas relações com a mídia, a religião parece ganhar força como um jogador atuante dentro dos espaços políticos, posicionando suas perspectivas e pontos de vista”. Deste modo, a disseminação de suas percepções atravessa o ambiente privado das igrejas e avança ao público. Sublinha-se que esta ocupação pública compreende também “a instrumentalização mútua entre religião e política” (MARIANO, 2011, p. 251) reforçada por políticos, uma vez que estimulam o ativismo político-partidário destes segmentos.

Em relação à possibilidade de influência de votos do público religioso, cabe apontar como a eleição de 2018, marcada por intensa polarização política, teve o voto evangélico como essencial para o desfecho da disputa, visto que a diferença de votos entre os eleitores evangélicos, no segundo turno, ultrapassou 11,5 milhões a favor de Jair

Messias Bolsonaro (PSL - *Partido Social Liberal*)³, candidato eleito (DATAFOLHA, 2018). Número superior a diferença de votos sobre Fernando Haddad (PT - *Partido dos Trabalhadores*), candidato adversário, que não chegou a 10,8 milhões de votos.

Ainda que não seja possível afirmar que apenas a religiosidade definiu a eleição, visto que havia diversos elementos envolvidos, esses dados reforçam o valor do voto evangélico na última eleição presidencial. Deste modo, optamos por focalizar na relevância da frase “escolhido de Deus”, proferida diversas vezes por apoiadores evangélicos e pelo próprio candidato, à exemplo dos cultos em que esteve presente com o Pastor Josué Valandro Jr.⁴ Na *Igreja Batista Atitude e Assembleia de Deus Vitória em Cristo*, com o Pastor Silas Malafaia⁵, os quais analisaremos com maior profundidade nos capítulos seguintes.

3. Direito divino e democracia

Definir um candidato à chefe de Estado como “escolhido de Deus” nos faz pensar nas justificativas de direito divino do Antigo Regime. Jacques Bossuet⁶ estabelecia “uma concepção histórica pautada na narrativa sagrada e na naturalidade do governo monárquico, hereditário e absoluto” (SILVA, 2015, p. 217). Bossuet (1990, p. 54), ao estabelecer que a realeza teria sua origem divina, buscava legitimar a perpetuação do líder e do sistema que existia a partir dos livros sagrados.

Importante registrar que nem todos os monarquistas defendiam a manutenção do Antigo Regime a partir de concepções enfaticamente divinas. Thomas Hobbes (1979), por exemplo, defendia o poder absoluto e centralizado por sua eficácia em relação à democracia e aristocracia, para o autor, o soberano seria o “leviatã”, um mal necessário. Portanto, vemos que ser monarquista não influenciava diretamente sobre o elo divino à defesa do sistema. Assim como estar em um Estado democrático e laico não exime seus participantes de se alicerçarem em apadrinhamentos eclesiásticos.

³ Em função de crises internas, Jair Bolsonaro se desfilou do PSL em novembro de 2019. O presidente então iniciou o processo de criação de um novo partido: *Aliança Pelo Brasil*.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxK516P7Oq0>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E4E58Wz0XHQ>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

⁶ Bossuet fazia forte crítica ao protestantismo do sec. XVII. Todavia, nesta pesquisa focamos em sua defesa aos direitos divinos da monarquia, independente de vertente cristã.

Ao falar sobre democracia, torna-se pertinente apresentar a visão de Robert Dahl (2005) sobre o tema. O cientista político interpreta a democracia como um “sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente responsivo a todos os seus cidadãos”. O autor reconhece este entendimento como um modelo para avaliar em que grau diversos sistemas se aproximam desse “limite teórico”. Com a finalidade de acerrar as democracias da realidade, Dahl foca seus estudos sobre a Poliarquia, um governo com alto grau de democratização, definido por ele como “regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (2005, p. 25–26).

A partir desta concepção, entendemos que as disputas eleitorais, num processo democratizado, não fazem distinções entre participantes religiosos ou secularizados. Todos têm oportunidade, assim mantém-se a pluralidade de integrantes e espaço para contestação. Esta que tem um papel fundamental na democracia, como apontado por Dahl, nos faz refletir sobre a insegurança que revela o equilíbrio do sistema. Nas palavras de Adam Przeworski (1994, p. 133) “a democracia é o reino da indeterminação; o futuro não está escrito. Conflitos de valores e interesses são inerentes a todas as sociedades. A democracia é necessária exatamente porque não podemos concordar”.

Neste equilíbrio de forças, vemos que a participação pública, num sistema democratizado, engloba religiosos nas eleições, seja como candidatos ou apoiadores. Os neopentecostais, com destacada presença política, mostram que são um grupo que entendem o sistema, a partir de uma compreensão sobre pluralidade e contestação. Conforme afirma Martino (2017, Kindle, loc 1.390), “em um Estado laico, ou, como denomina Habermas, uma ‘sociedade pluralista’, a religião compete com outros grupos de pressão e influência nas decisões políticas, e só pode levar seus interesses ao espaço público dentro das regras do jogo democrático”.

Logo, compreendemos que as igrejas seguem as regras da disputa eleitoral, mas isso não impede o uso do capital religioso nas disputas, seja ao lançar candidatos oficiais ou apadrinhar políticos seculares. Esta imbricação religiosa e política, especialmente após a ascensão neopentecostal, tem sido pauta de uma gama de estudos que refletem sobre os desdobramentos desta histórica relação, a partir das particularidades encontradas no tempo presente (ALMEIDA, 2019; GOLDSTEIN, 2020; MARIANO, 1992; ORO;

MARIANO, 2009; PRANDI; SANTOS, 2017; PRANDI; SANTOS; BONATO, 2019). Nesta pesquisa atentamo-nos a questão da associação divina à eleição de um candidato à Presidência da República e como se utiliza um argumento visto no Antigo Regime dentro de uma sociedade considerada democrática e laica no séc. XXI.

4. A vitória do “escolhido por Deus”

Em 28 de outubro de 2018 Jair Bolsonaro⁷ foi eleito Presidente da República. O novo presidente, após uma vitória conquistada com amplo apoio evangélico, visitou algumas igrejas para agradecer o resultado das urnas. Para este artigo selecionamos dois vídeos, o primeiro divulgado no dia 31 de outubro no canal do Pastor Silas Malafaia⁸ e o segundo no dia 04 de novembro no canal do Pastor Josué Valandro Jr⁹. Ambos os vídeos foram divulgados nos canais oficiais do *YouTube* dos líderes religiosos.

No vídeo em que o recém eleito Presidente da República está com Silas Malafaia na *Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo*, observamos, no *frame* aqui selecionado (ver Figura 1), que em meio a uma igreja lotada, Bolsonaro está em uma posição que pode sugerir submissão, cabisbaixo com as mãos unidas e posicionadas frente ao corpo, sua veste monocromática em tom de azul o coloca como uma pessoa discreta e simples, pois não veste uma roupa social, típica de homens no poder com seus ternos e gravatas, mas sim, uma calça jeans e uma jaqueta bomber. O pastor, por sua vez, também em uma veste monocromática em tons terrosos, entretanto numa cor de maior destaque e, socialmente, considerada mais sofisticada com um blazer compondo sua apresentação visual, com uma das mãos detém do microfone e com a outra toca no ombro de Bolsonaro. Malafaia realiza uma performance que se contrapõe a de Bolsonaro, mais extrovertida, é o homem que está ali para apresentar o “escolhido por Deus”, este por sua vez submisso a sua missão. No grande painel que incorpora-se ao fundo do cenário/palco, inscreve-se: “Assembleia de Deus Vitória em Cristo”, comunicando-se com o momento vivido que é de vitória do candidato. Logo, justapondo na mesma imagem a Igreja “Vitória em Cristo” e o homem

⁷ Candidato apoiado fervorosamente pelos neopentecostais, Bolsonaro nasceu e cresceu católico, mas foi batizado em 2016 pelo pastor assembleiano Everaldo, em Israel.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E4E58Wz0XHQ&t=1s>

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gxK516P7Oq0&t=1s>

que conquistou a vitória eleitoral, temos a construção de um sentido: a vitória de Bolsonaro é a vitória da igreja e vice-versa.



Figura 1 - Vídeo “Pastor Silas Malafaia: versão resumida da declaração profética em favor do Brasil e de Bolsonaro”.

Fonte: Captura de tela do YouTube.

Neste contexto, Bolsonaro declara: “eu tenho certeza que não sou o mais capacitado, mas Deus capacita o escolhido”. Frase esta que indica uma assumida falta de preparação para assumir a presidência, mas com a certeza de uma intervenção divina para guiar suas ações, visto que se considera escolhido. A afirmação do presidente eleito também vai ao encontro do discurso do pastor em seguida:

"Deus escolheu as coisas loucas, para confundir as sábias. Deus escolheu as coisas fracas, para confundir as fortes. Agora a coisa vai ser mais profunda: Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor. As desprezíveis, que podem ser descartadas. As que não são, que ninguém dá importância, para confundir as que são, para que nem nenhuma carne se glorie diante dele. É por isso que Deus te escolheu". (MALAFAIA, 2018).

Alinhados no discurso, ambos reafirmam a escolha divina do candidato à presidência, ainda que sua inadequação ao cargo seja também apontada. Acima da qualidade que um chefe de Estado deve ter está o fator divino na sua escolha. Este supostamente garantiria um bom seguimento para um bom governo, independente da sua qualidade “vil”, é a aparente triagem eclesial que garantiria sua governabilidade.

No segundo vídeo, o presidente eleito está no palco da *Igreja Batista Atitude*, posicionado entre sua esposa Michele Bolsonaro e o pastor Josué Valandro Jr. (ver Figura 2). Como na imagem anterior, Bolsonaro vestindo tons azulados, agora uma camisa, mas sem gravata e para fora da calça, o que lhe dá um caráter mais próximo do informal, acomoda suas mãos unidas frente ao corpo. Contrapondo-se a sua gestualidade corporal, Michele e o pastor tem suas mãos erguidas, Michele as une em um gesto de súplica e Valandro Jr., assim como Malafaia, compo sua vestimenta com um blazer, segura o microfone com uma das mãos e com a outra toca o ombro de Bolsonaro. Reproduzindo a atitude de fãs que frequentam grandes shows de música, há uma plateia que direciona celulares para o palco, assim, sugerindo um caráter de espetáculo ao culto religioso. Ao fundo do cenário/palco há uma grandiosa bandeira do Brasil, que ali naquele contexto, sendo o Presidente do Brasil a ocupar o palco da igreja, parece colocar em uma ação imagética o *slogan* de campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Assim, a figura do presidente que se coloca como um homem simples, submisso à sua missão, não gratuitamente é posicionada entre a esposa e o pastor, entre a plateia de fiéis e a bandeira do Brasil, pois, neste sentido, ele se dá a ver como o elo entre a igreja/Deus e a política/Brasil.



Figura 2 - Vídeo “Oração pelo Presidente Eleito Jair Bolsonaro | Igreja Batista Atitude”.
Fonte: Captura de tela do YouTube.

É, portanto, neste conjunto descrito, que Bolsonaro afirma que o resultado da eleição “só tem uma explicação: foi Deus quem decidiu. Nenhum cientista político conseguiu explicar o velho garoto que tinha o apelido de palmito ter chegado aonde chegou”. O pastor, assim como Malafaia, alude às imperfeições do candidato, dizendo que somos todos imperfeitos. Esta associação divina, novamente proferida por Bolsonaro e corroborada por um líder religioso, é seguida de menções às suas inaptidões, sendo minimizada pela intervenção divina, um quase *leviatã*, um mal necessário ao país. Ambos os vídeos seguem para uma oração realizada pelos pastores, visando abençoar a vitória do novo presidente e o futuro do país.

Ao examinarmos estas mensagens de vitória, correspondendo às propagadas durante a campanha, refletimos sobre a possibilidade de contestação, elemento essencial nas poliarquias de Dahl (2005). Seria possível aos religiosos questionarem a escolha de Deus? Questionamento este que nos leva a ponderar sobre o expressivo peso simbólico da frase “escolhido de Deus” numa nação majoritariamente cristã como a brasileira. Ainda mais quando se soma o fato de Jair Bolsonaro ter em seu *slogan* de campanha a frase “Deus acima de tudo”. Se Deus está acima de tudo e ele escolheu o candidato, como contestar este desígnio? Um imbricamento que favorece o candidato e os religiosos.

Façanhas como estas nos remetem ao Antigo Regime, no qual “a figura simbólica do rei, como defensor da fé e da Igreja, era uma das imagens que os reis cristãos tinham que apresentar para reforçar o seu poder” (OLIVEIRA, 2006, p. 2). Neste caso verificamos uma ação similar, considerando que o candidato se apresenta como um propagador da onipotência de Deus, enquanto os apoiadores religiosos pregam seu direito divino ao cargo de Presidência da República.

Observa-se, a partir dos discursos analisados, que esta seria uma democracia que segue a vontade do povo – submetidos à vontade de Deus. Vota-se no incapacitado porque espera-se uma intervenção divina em suas ações. Os escolhidos de Deus, no estilo de Bossuet, merecem seu cargo. São herdeiros legítimos, enquanto no Antigo Regime era do trono, aqui seria da presidência.

A partir dessas características, é possível pensar numa democracia sincrética, que combina elementos da disputa comum aos processos eleitorais democráticos a legitimações religiosas – similares ao Antigo Regime, tanto por parte do candidato que

usa o nome de Deus em sua campanha, como por parte de seus apoiadores religiosos, neste caso protagonizados pela vertente neopentecostal.

Note-se que o neopentecostalismo, além da volumosa presença midiática e política, se destaca por suas características sincréticas. Estas incluindo cura divina, distribuição de objetos benzidos¹⁰, teologia da prosperidade e liberalização comportamental. Verificamos uma sincronia entre a vertente evangélica que mais cresce no Brasil, em relação às suas características religiosas e políticas, com os desdobramentos eleitorais, o sincretismo os acompanha. Democracia e direito divino, Estado laico e influência religiosa.

Por consequência, podemos pensar numa democracia sincrética que se conecta a esta vertente evangélica contemporânea. A qual sabe atuar no jogo democrático, possui uma sonora bancada no Congresso e agrega votos capitaneados por Deus. Condiz com uma democracia que se desenvolve num Estado dito laico, mas que exhibe uma Constituição “sob a proteção de Deus”.

A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto. (MARIANO, 2011, p. 244).

A separação do Estado e da igreja demonstra ter ocorrido principalmente na teoria, pois na prática ela seguiu presente nos desdobramentos históricos políticos nacionais. Ao invés do rompimento, houve uma adaptação, esta que chegou ao período democrático. Os neopentecostais, que ascenderam com receio da influência da Igreja Católica, revelam usar argumentos similares ao de seus adversários, análogo até mesmo aos escritos por Bossuet com a finalidade de resguardar o poder absoluto do rei católico.

A sociedade democratizada, como dito, não impede a presença de religiosos na participação política, mas vemos como ela reluz um sincretismo ao sistema. No caso

¹⁰ As igrejas neopentecostais “Universal e Internacional da Graça, indiferente às críticas dos demais evangélicos, distribuem aos fiéis objetos unguídos dotados de poderes mágicos ou miraculosos, ato que mais uma vez as aproxima das crenças e práticas dos cultos afro-brasileiros e do catolicismo popular.” (MARIANO, 2014, p. 133).

brasileiro, com a religião presente e proeminente em sua história, ela se revela ainda mais explícita nos processos eleitorais.

A filiação religiosa tem peso nada desprezível na direção e no timing de uma escolha eleitoral. Dito de outro modo, a distribuição do eleitorado brasileiro pelas diferentes religiões, sua composição religiosa, acaba afetando de modo considerável a distribuição dos votos num determinado momento da campanha e, conseqüentemente, também o resultado das urnas. (PIERUCCI; PRANDI, 1995, p. 2)

Definir que o resultado de uma eleição se dá exclusivamente por questões religiosas não é possível, mas é importante observarmos como a religião é influente o suficiente para trazer popularidade a determinados candidatos. O capital de voto religioso mostra-se útil e visado por políticos, sendo estes historicamente crentes ou não.

Ressalta-se, por fim, que esta realidade se dá a ver para além das fronteiras nacionais, o crescimento evangélico na política é vivenciado em diversos países, incluindo todas as Américas, do Sul ao Norte (GOLDSTEIN, 2020). Logo, é preciso atentar a esta crescente associação político-religiosa, a qual, como aqui vimos, aproveita a palavra divina para justificar a vitória daquele sabidamente incapaz. A democracia não exclui os religiosos, porém é preciso atenção ao uso do capital religioso para interesses próprios, à aplicação de discursos que estão mais atrelados ao Antigo Regime que a um sistema dito democrático.

5. Considerações finais

O presente estudo considerou a relação política e religião por meio de um olhar sobre o uso de argumento divino em um processo eleitoral democrático. Os religiosos, aqui compreendidos como sujeitos que compõem a pluralidade de um sistema democratizado, atuam no jogo político, mas fazendo uso de legitimações divinas, similares às difundidas no Antigo Regime para reiterar as afirmações de seu candidato – aqui vitorioso.

Os neopentecostais, grupo religioso em destaque nesta análise pela reiteração divina à escolha de Jair Bolsonaro, apresentam-se como o segmento cristão que protagoniza o cenário eleitoral, se antes os católicos eram a voz de Deus no Estado, desde a redemocratização, nos anos 80, esta vertente evangélica ostenta atuação crescente. Como um grupo que sabe mesclar o discurso religioso às campanhas eleitorais, atualizam sua igreja aos tempos modernos da comunicação e aproveitam o capital religioso para justificar o voto em seu candidato à presidência. O resultado a favor de Jair Bolsonaro nesta eleição, além de trazer maior notabilidade aos evangélicos, também foi marcado pelo apoio de perfis conservadores e de extrema-direita. Eleger um candidato com base em questões morais cristãs é ter um subtendido acordo sobre possíveis interferências religiosas em assuntos de Estado.

Com o desfecho das eleições presidenciais de 2018, que marcou o triunfo eleitoral da coligação de direita que apoiou Bolsonaro, se consolida no poder uma visão religiosa de caráter obscurantista e intolerante. Com isto, cresce a preocupação em torno das garantias que o Estado (laico) deve assegurar à liberdade religiosa (principalmente de religiões não-cristãs), à diversidade e pluralismo religioso, à liberdade de opinião e crença, inclusive a de não possuir religião. (CAMURÇA, 2019, p. 149)

Ainda que os neopentecostais não representem uma ameaça direta à democracia, a perpetuação desta relação Estado igreja, atualizada na figura protestante, mantém a interferência religiosa em assuntos que competiriam ao Estado, à exemplo da descriminalização do aborto, pauta frequentemente combatida por lideranças cristãs, seja no Congresso ou na igreja. Esta presença constante de representantes da igreja no processo político, traço padrão na história do país, não revela intenções de ruptura, visto que os políticos buscam o apoio desses setores numa tentativa de transformar fiéis em eleitores. Logo, os religiosos buscam espaço para combater assuntos relativos à moral (PRANDI; SANTOS, 2017) e demandar recursos e concessões midiáticas para suas igrejas (MARIANO, 2011).

Esta retroalimentação, que preserva a influência eclesiástica num Estado laico, sinaliza o sincretismo presente na democracia nacional. A qual permite a participação plural e contestadora de sujeitos distintos, aqui inclui-se os religiosos argumentando que Deus – todo poderoso – escolheu o candidato por eles apoiado para a Presidência da República. Uma frase como esta, numa nação cristã, pode ter consequências profundas e difíceis de calcular. Martino (2017, p. 62) declara que “seria difícil, de saída, dizer que

um prefeito ou governador foi eleito, ou perdeu uma eleição, embalado apenas por fatores religiosos”. Contudo, a potência da ação das igrejas é vista claramente no crescimento constante da Frente Parlamentar Evangélica, que atualmente possui 195 deputados de diferentes legendas e espectros ideológicos¹¹.

Refletir sobre a intersecção entre religião e política é um desafio estimulante para compreender os desdobramentos contemporâneos de uma histórica relação. Na qual encontramos argumentos do séc. XVII, à exemplo do absolutismo divino defendido Bossuet, presentes em uma disputa eleitoral do séc. XXI. Vemos como uma sociedade dita democrática e laica ainda busca associar-se à figura da igreja, antes católica, agora evangélica. Constatamos, deste modo, que a combinação entre política e religião não se desfez com a laicidade do Estado ou o processo de democratização. Eles se adaptaram às novas realidades e sistemas, um hibridismo que os perpetua na sociedade. Grupos religiosos parceiros dos chefes de Estado, do passado absolutismo europeu à atual democracia brasileira.

Por fim, tendo em vista a limitação deste estudo, que se concentrou em dois vídeos na semana que sucedeu a vitória do candidato, indicamos como agenda para futuras pesquisas a ampliação do corpus. Sugere-se incorporar os 4 anos de governo, a fim de verificar se tais associações ao direito divino, que serviam para justificar a vitória do inapto, seguiram-se presente na sua relação com os pastores entre os anos de 2019 e 2022.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, G. F. DE. Jair Messias Bolsonaro: o “ eleito” de Deus ? **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 37, p. 161–175, 2020.

ALMEIDA, R. DE. Deus acima de todos. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.

BOSSUET, J.-B. **Politics drawn from the very words of Holy Scrip**. [s.l.] Cambridge University Press, 1990.

CAMURÇA, M. RELIGIÃO, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018.

¹¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>

Estudos de Sociologia, v. 2, n. 25, p. 125–159, 2019.

DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1. ed. [s.l.] Edusp, 2005.

DATAFOLHA. **Eleições 2018**. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GOLDSTEIN, A. A. **Poder evangélico: Cómo los grupos religiosos están copando la política en América**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2020.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M. **O voto como adesão**. Teoria e cultura, 2006. HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. 2. ed. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1979.

HOORNAERT, E. **A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1984.

IBOPE. **Brasileiro está mais confiante nas instituições**. Disponível em: <<https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/brasileiro-esta-mais-confiante-nas-instituicoes/>>.

MALAFAIA, Silas. **Pastor Silas Malafaia: Vídeo resumido da declaração profética em favor do Brasil e de Bolsonaro**. 2018. (3m41s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E4E58Wz0XHQ>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MARIANO, R. O Envolvimento Dos Pentecostais Na Eleição De Collor. **Novos Estudos**, n. 34, p. 92–106, 1992.

MARIANO, R. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, p. 68–95, 2008.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238–258, 2011.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARTINO, L. M. S. **Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais**. [s.l.] Paulus, 2017.

OLIVEIRA, M. I. B. Os combates intelectuais de Bossuet: a unidade política por meio da unidade religiosa. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 3, 2006.

ORO, A. P.; MARIANO, R. Eleições 2010: Religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, n. 16, p. 9–34, 2009.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, v. 3, n. 1, p. 32–63, 1995.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. DOS. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no congresso nacional e na frente parlamentar evangélica. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 187–214, 2017.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. DOS; BONATO, M. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*, n. 120, p. 43–60, 2019.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RODRIGUES-SILVEIRA, R.; CERVI, E. U. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. *Latin American Research Review*, v. 54, n. 3, p. 560–573, 2019.

ROSE, D. Análise de imagens em movimento. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SIEPIERSKI, P. D. Pós-Pentecostalismo e Política no Brasil. *Estudos Teológicos*, v. 37, p. p.47-61, 1997.

SILVA, L. G. T. DA. Religião e política no Brasil. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, v. 64, n. 64, p. 223, 2017.

SILVA, S. H. S. História sagrada e absolutismo monárquico em Robert Filmer e Jacques Bossuet. *Quadranti – Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*, v. III, n. 1–2, p. 215–230, 2015.